

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas

Deputado Pedro do Carmo

ASSUNTO: Requerimento para Audição com carácter de urgência à Senhora Ministra da Agricultura para prestação de esclarecimentos sobre a nomeação da Ex Secretária de Estado da Agricultura

Exmo. Sr. Presidente,

Nos últimos dias, Portugal tem encarado com perplexidade e saturação um já demasiado vasto conjunto de problemas, casos e dúvidas, que demonstrando falta de idoneidade ou incapacidade operativa para as funções para as quais são mandatados alguns elementos do Governo, minam a imagem do país, da República e da própria legitimidade do executivo.

Num cenário absurdo a que parece já não escapar qualquer área da tutela, também o Ministério da Agricultura se vê agora envolvido neste ambiente de opacidade política, pelos contornos que dizem respeito à nomeação e demissão da Ex. Secretária de Estado Carla Alves, na sequência de notícias veiculadas por toda a imprensa nacional que deram conta de que a mesma detinha contas conjuntas com o marido, o ex-autarca Américo Pereira, arrestadas pela justiça.

Carla Alves, tendo sido empossada pelo Senhor Presidente da República no dia 4 de janeiro, acabou por demitir-se no dia 5 do mesmo mês, tendo deste modo permanecido em funções pouco mais de 24 horas, o que se estima ser até um record. Negativo, é certo, mas ainda assim, um record.

Para os que pensaram que já nada poderia piorar e que a demissão da Ex. Secretária de Estado em causa poderia representar o término deste problema, o país acordou uma vez mais surpreendido, desta vez confrontado com notícias igualmente preocupantes sobre os procedimentos e possíveis conhecimentos e/ou desconhecimentos dos problemas anteriormente indicados pela Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação.

Concretamente, tal como já se teve oportunidade de referenciar, depois de um empossamento a 4 de janeiro e uma demissão a 5, é noticiado a 6 que Carla Alves, antes de tomar posse, teria informado a Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação sobre o processo antes referenciado, verificando-se a presença do mencionado arresto de contas que tem em conjunto com o marido, acusado de corrupção.¹

Aqui chegados, só o conteúdo da notícia em causa já seria suficientemente preocupante para que a Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação se apressasse, por iniciativa própria, a esclarecer o país acerca da sua veracidade ou falsidade, sendo falsa, desmentindo-a, ou pelo contrário caso fosse verdadeira e fosse de facto a Senhora Ministra conhecedora da situação, se teria ou não, após tomar conhecimento dos factos, informado o Senhor Primeiro-ministro dos mesmos.

Mas não, segundo noticiado também pelo mesmo meio de comunicação social, confrontados com esta notícia e pedidos de esclarecimento, tanto o Ministério da Agricultura como a Senhora Ministra se refugiaram num cómodo, mas inadequado senão mesmo inadmissível “está tudo esclarecido”.

Acontece que no entendimento do Chega, uma vez mais e infelizmente, não, não está nada esclarecido. Está tudo por esclarecer.

Nessa medida é por consequência entendimento do Chega que deve a Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação prestar esclarecimentos à Assembleia da República, no âmbito daquela que é a sua mais importante função, fiscalizar o governo e a ação governativa sobre todas as questões e dúvidas anteriormente elencadas, na esperança de que a imagem interna e externa de um Governo já de si cada vez mais frágil, não venha a revelar uma teia de ilegalidade e negligências ainda mais profunda e a todos os níveis insustentável.

Pelo exposto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a audição urgente à Senhora Ministra da Agricultura e Alimentação para prestação de esclarecimentos sobre os contornos da nomeação da Ex.

¹ https://www.publico.pt/2023/01/06/politica/noticia/secretaria-estado-informou-ministra-agricultura-processo-marido-2033970?ref=hp&cx=manchete_2_destaque_0

Secretária de Estado da Agricultura, Carla Alves e do conhecimento ou desconhecimento que tinha ou não tinha, do processo judicial em que a mesma se encontra envolvida.

Palácio de São Bento, 06 de janeiro de 2022

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Frazão